

# Terras raras não são a ‘galinha dos ovos de ouro’

Por Fabricio José Missio

Valor, 02/04/2026

O *verdadeiro* motor do desenvolvimento está na transformação da estrutura produtiva

A história do desenvolvimento mostra que apostar em um único recurso raramente transforma economias - e quase nunca melhora a vida das populações diretamente afetadas.

Nos últimos meses, multiplicaram-se reportagens e análises sugerindo que o Brasil estaria sentado sobre uma nova “riqueza estratégica”: as terras raras. Esses minerais, fundamentais para baterias, turbinas eólicas, veículos elétricos e equipamentos eletrônicos, tornaram-se peça central das disputas geopolíticas e tecnológicas entre grandes potências. Diante disso, a narrativa parece sedutora: se o país possui reservas importantes, bastaria explorá-las para garantir prosperidade econômica.

A história do desenvolvimento econômico sugere cautela com esse tipo de entusiasmo.

A crença de que um recurso específico pode se tornar a “galinha dos ovos de ouro” capaz de resolver o problema do desenvolvimento é antiga - e recorrente nas economias periféricas. Como observou o economista do desenvolvimento Albert O. Hirschman em “The Strategy of Economic Development”, países em busca de crescimento frequentemente procuram o setor ou o investimento decisivo que desencadearia automaticamente um ciclo virtuoso de progresso.

Na prática, porém, essa busca costuma produzir mais frustrações do que resultados.

A história econômica latino-americana é marcada por sucessivas versões dessa expectativa. Já foram o açúcar, o café, o petróleo, o minério de ferro, a soja, entre outros. Em cada momento, acreditou-se que um produto ou setor específico poderia resolver, quase por si só, os desafios do desenvolvimento. O resultado conhecido foi crescimento episódico, frequentemente acompanhado de especialização produtiva, vulnerabilidade externa e pouca transformação estrutural.

Isso não significa que a exploração desses recursos não gere riqueza. Muitas vezes gera - e em grande escala. O problema é que essa riqueza raramente se traduz em desenvolvimento amplo. Ela tende a se concentrar em empresas, cadeias globais e regiões específicas, sem produzir transformações profundas na estrutura produtiva ou melhorias duradouras nas condições de vida da população.

Enquanto isso, os territórios onde esses recursos são explorados frequentemente acumulam outro tipo de herança: impactos ambientais, pressão sobre comunidades locais e mudanças profundas nas dinâmicas sociais e econômicas.

A experiência brasileira e latino-americana mostra que grandes projetos extrativos costumam deixar marcas profundas nos territórios. Comunidades locais enfrentam deslocamentos, contaminação ambiental, perda de atividades tradicionais e transformações rápidas no uso da terra. Muitas vezes, esses custos são diretos e imediatos, enquanto os benefícios econômicos permanecem distantes ou concentrados.

Há ainda um problema político que raramente aparece nas narrativas de prosperidade mineral: as populações diretamente afetadas quase nunca participam das decisões. Elas não definem o modelo de exploração, não influenciam os rumos da política mineral e frequentemente são consultadas apenas depois que os projetos já estão definidos. Em muitos casos, acabam arcando com os riscos sem participar dos ganhos.

Isso não significa que terras raras não sejam relevantes para o futuro produtivo do país. Pelo contrário: em um contexto de transição energética e reconfiguração das cadeias industriais globais, esses minerais podem representar um ativo estratégico importante. Explorar essas reservas pode, sim, tornar-se um elo relevante de uma estratégia de desenvolvimento associada à nova indústria - desde que essa exploração esteja articulada a políticas industriais, tecnológicas e científicas capazes de gerar encadeamentos produtivos e agregar valor no próprio país.

O problema, portanto, não está na existência de recursos naturais. Muitos países conseguiram transformá-los em base para processos mais amplos de industrialização e inovação. A diferença é que, nesses casos, os recursos foram integrados a estratégias deliberadas de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico.

Em outras palavras: recursos naturais podem ser um ponto de partida, mas nunca são, por si só, um projeto de desenvolvimento.

O verdadeiro motor do desenvolvimento está na transformação da estrutura produtiva. Isso significa ampliar a capacidade de produzir bens e serviços cada vez mais complexos, difundir conhecimento tecnológico, fortalecer sistemas nacionais de ciência e tecnologia e criar encadeamentos produtivos capazes de irradiar produtividade por toda a economia.

Esse foi, historicamente, o caminho seguido por países que hoje ocupam posições centrais na economia mundial. Nenhum deles se desenvolveu apenas porque possuía um recurso valioso. O que fez a diferença foi a construção de capacidades produtivas e tecnológicas amplas.

No caso das terras raras, o desafio brasileiro não é descobrir se elas existem - sabemos que existem. O verdadeiro desafio é outro: decidir se elas serão apenas mais um capítulo da longa história de exportação de recursos naturais ou se poderão ser integradas a uma estratégia mais ambiciosa de transformação produtiva.

Sem essa estratégia, a promessa das terras raras corre o risco de repetir um roteiro familiar. Primeiro vem o entusiasmo, depois a corrida pela exploração, seguida por um período de crescimento localizado e, por fim, a constatação de que pouco mudou na estrutura produtiva do país - enquanto os territórios afetados continuam lidando com as consequências.

A verdadeira “galinha dos ovos de ouro” nunca foi um recurso específico. O que produz desenvolvimento duradouro é algo menos espetacular, mas muito mais poderoso: investimento contínuo em conhecimento, capacidades produtivas e inovação disseminada por toda a economia - com participação social e distribuição mais ampla dos benefícios.

Recursos naturais podem ajudar. Mas não substituem aquilo que realmente transforma países: estrutura produtiva complexa, ciência e tecnologia difundidas e um projeto de desenvolvimento que inclua, desde o início, as populações e territórios onde a riqueza é produzida.

**Fabricio José Missio é doutor em Economia e professor do Departamento de Economia da UFMG desde 2016 e presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD).**